

LATIFUNDIÁRIOS DOS VENTOS: ENERGIA RENOVÁVEL E CONFLITOS TERRITORIAIS NO NORDESTE

ENTREVISTA COM MOEMA HOFSTAETTER E ADILSON DA SILVA

Cesar Sanson¹

<https://orcid.org/0000-0003-1275-0418>



Moema Hofstaetter é pesquisadora associada do Laboratório Interdisciplinar de Sociedades, Ambientes e Territórios (LISAT) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pesquisadora associada do Observatório de Energia Eólica da Universidade Federal do Ceará (UFC). Na UFRN ainda é pesquisadora colaboradora do Projeto Universal CNPq DARQ/UFRN - INCT Labplan: “Planejamento e gestão territorial frente a grandes projetos de energias renováveis”, assim como é Colaboradora do INCT Klimapolis. Com mais de 20 anos de experiência nas áreas interdisciplinares de filosofia, sociologia, história e ciências ambientais, sua trajetória em instituições sociais e acadêmica abrange pesquisas com metodologias participativas, incluindo planejamento urbano e regional, com ênfase em técnicas e projetos de planejamento participativo, particularmente nos domínios de política nacional, turismo rural, agricultura familiar e transição energética. Sua pesquisa também está comprometida com avanços em áreas críticas de investigação, incluindo relações sociais de gênero, populações tradicionais, interações sociedade-ambiente, gestão ambiental e promoção de estratégias de energia renovável e transições (in) justas. No contexto da sociedade civil, assessora e conduz pesquisas com comunidades afetadas pelos impactos das energias renováveis, utilizando a metodologia da cartografia social. Integra o núcleo RN do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, é da equipe de assessores do Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR) e do Movimento dos Atingidos por Energias Renováveis (MAR).

1 Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. E-mail: cesarsanson@gmail.com

Francisco Adilson da Silva, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e em Teologia pelo Seminário de São Pedro vinculado à Arquidiocese de Natal - RN. Diácono da Arquidiocese de Natal, coordenador do Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR) e assessor de pastorais e de movimentos sociais.

Desde os anos 2000, o Nordeste brasileiro tem vivenciado uma rápida expansão das energias renováveis, especialmente eólica e solar. Passados cerca de 25 anos, como o movimento social avalia os impactos desse processo na região?

Os movimentos sociais reconhecem que houve uma profunda transformação territorial no Nordeste a partir da expansão das energias renováveis. Entretanto, a avaliação predominante é de que esse processo ocorreu sob uma lógica de apropriação corporativa dos territórios, reproduzindo desigualdades históricas e aprofundando conflitos fundiários, ambientais e sociais. Embora os empreendimentos sejam apresentados como símbolos da “transição energética”, na prática o que se observa é uma transição conduzida pelo mercado, baseada na financeirização da natureza, na concentração de terras e na transferência dos custos socioambientais para populações rurais, pesqueiras e comunidades tradicionais. Mais do que de uma transição, o Nordeste é palco de uma “transação energética”.

Existe uma vasta produção acadêmica, em diálogo com pesquisas participativas e cartografias sociais desenvolvidas junto às comunidades atingidas no Nordeste, demonstrativa de que a implantação dos empreendimentos eólicos e solares altera profundamente os modos de vida locais. Há impactos sobre o acesso à terra, à água, às áreas de uso comum e às dinâmicas produtivas tradicionais, além de processos de fragmentação comunitária decorrentes dos contratos individuais firmados com proprietários rurais.

Outra situação que não pode ser desvinculada do processo dessa “transação” energética é o crescimento da mineração nos últimos anos. Dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) mostram que, no RN, houve um crescimento Geral da Mineração. Enquanto as terras raras seguem em fase de mapeamento, o setor de mineração como um todo, no RN, registrou um crescimento de 223% na receita gerada na última década. O valor da produção mineral saltou de R\$ 54 milhões para mais de R\$ 257 milhões em produção beneficiada nos últimos 10 anos. Comunidades inteiras estão sendo impactadas e agrovilas consolidadas na produção da agricultura familiar estão sendo desterritorializadas, como por exemplo nos municípios de Serra Caiada, Sítio Novo, Senador Elói de Souza e Lagoa de Velhos, atingindo mais de 240 famílias.

Os movimentos sociais reconhecem as energias eólica e solar como fontes renováveis, mas questionam a classificação como “energia limpa”. Quais são os principais motivos dessa crítica?

A crítica central dos movimentos sociais é que a noção de “energia limpa” desconsidera os impactos territoriais produzidos pela cadeia de implantação desses empreendimentos. A geração elétrica pode ser renovável do ponto de vista da fonte energética, mas sua infraestrutura exige grandes extensões territoriais, abertura de estradas, desmatamento, supressão de vegetação, aterramento de dunas, fragmentação de ecossistemas e alteração das dinâmicas sociais locais.

Além disso, os movimentos denunciam que o discurso da sustentabilidade frequentemente opera como mecanismo de legitimação de violações de direitos. Em diversas comunidades no Nordeste, em geral, e no Rio Grande do Norte, em particular, foram registrados relatos de pressão sobre moradores, contratos abusivos, restrição de circulação, danos à saúde provocados por ruídos, especulação fundiária e perda de áreas tradicionalmente utilizadas para agricultura, pesca artesanal e criação animal.

Nesse sentido, a crítica não é à energia renovável em si, mas ao modelo de implantação dominante, marcado pela ausência de justiça socioambiental e pela ausência da participação das populações atingidas nas decisões sobre seus territórios.

Os movimentos sociais afirmam que a instalação de empreendimentos eólicos no Rio Grande do Norte tem dado origem aos chamados “latifundiários dos ventos”. É possível identificar quais grupos econômicos controlam esses empreendimentos?

Sim. O setor é fortemente controlado por grandes grupos empresariais nacionais e internacionais ligados ao capital financeiro, ao setor elétrico e a fundos de investimento globais. Empresas espanholas, italianas, francesas, chinesas e brasileiras disputam o controle dos empreendimentos no Nordeste, frequentemente articuladas a bancos multilaterais e fundos de infraestrutura.

O conceito de “latifundiários dos ventos” surge justamente para denunciar a concentração do controle territorial e energético. Ainda que os empreendimentos sejam instalados em áreas rurais dispersas, a renda gerada pela exploração dos ventos tende a se concentrar em grandes proprietários de terra e corporações transnacionais, enquanto as comunidades locais permanecem com poucos benefícios estruturais.

Os movimentos sociais apontam que essa dinâmica cria uma nova forma de concentração fundiária e energética, baseada não apenas na propriedade da terra, mas no controle do potencial energético dos territórios.

Particularmente no Rio Grande do Norte, quais têm sido os principais efeitos dessas energias nos territórios onde estão instaladas?

Os principais efeitos identificados pelas comunidades atingidas incluem: intensificação dos conflitos fundiários; restrição de acesso a áreas de uso comum; degradação ambiental; alterações nas dinâmicas hídricas e nos ecossistemas; impactos sobre a pesca artesanal; ruídos permanentes próximos às residências; rachaduras em casas devido ao tráfego intenso de máquinas; precarização das relações comunitárias; aumento dos casos de abuso sexual envolvendo menores de idade; gravidez precoce e aumento do número dos chamados “filhos dos ventos”; aumento das infecções sexualmente transmissíveis; aumento do uso de remédios controlados pelas populações que vivem no entorno dos empreendimentos.

Também há impactos subjetivos e culturais importantes. Muitas comunidades relatam perda do sossego, descaracterização da paisagem e enfraquecimento de práticas tradicionais ligadas ao território.

No litoral, especialmente, os empreendimentos têm produzido forte pressão sobre dunas, lagoas interdunares e territórios pesqueiros, gerando preocupação crescente diante do potencial da expansão da energia eólica *offshore* e das infraestruturas associadas ao chamado hidrogênio verde.

Os empreendimentos de energia renovável têm sido apresentados como promotores de desenvolvimento local. Na prática não chega nenhum benefício aos territórios onde estão instalados ou é possível identificar algum ganho para as comunidades?

Os movimentos reconhecem que existem alguns ganhos pontuais, sobretudo durante a fase de construção dos empreendimentos, como geração temporária de empregos, circulação de renda e melhoria localizada de estradas. Mas há de se ter atenção para a perda da condição de segurados especiais no caso de agricultores familiares e pescadores artesanais. Em alguns casos, determinados proprietários recebem pagamentos de arrendamento.

Entretanto, esses benefícios são considerados extremamente desiguais e insuficientes diante dos impactos produzidos. A maior parte dos empregos é temporária e especializada,

sendo posteriormente substituída por estruturas altamente automatizadas. Além disso, a renda gerada pela energia não permanece nos territórios.

As comunidades frequentemente relatam frustração em relação às promessas de desenvolvimento. Muitos municípios continuam apresentando baixos indicadores sociais, apesar da grande quantidade de empreendimentos instalados. Assim, os movimentos questionam a ideia de desenvolvimento associada exclusivamente ao crescimento econômico e defendem modelos baseados na justiça territorial, soberania energética e participação popular.

Nos últimos anos, os movimentos sociais têm organizado “cartografias sociais” nas regiões impactadas por projetos de energia renovável. Em que consistem essas cartografias e quais têm sido seus principais achados?

As cartografias sociais são metodologias participativas construídas junto às próprias comunidades atingidas. Diferentemente dos mapas técnicos produzidos pelas empresas, essas cartografias registram os usos sociais do território, os conflitos, as memórias, os modos de vida e os impactos percebidos pelas populações locais.

A experiência facilitada por pesquisadores da UFC e da UFRN, pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), pelo Serviço de Assistência Rural (SAR), pela Comissão Justiça e Paz (CJP), entre outros, junto às Colônias de Pescadores Artesanais, tem visibilizado esta categoria e revelado aspectos invisibilizados pelos estudos oficiais de impacto ambiental. Os mapas produzidos pelas comunidades identificam: áreas de pesca artesanal; caminhos tradicionais; territórios de uso comum; fontes de água; áreas sagradas; conflitos fundiários; processos de expulsão simbólica e material das populações; novo êxodo rural.

Essas cartografias também funcionam como instrumentos políticos de denúncia e fortalecimento organizativo, permitindo que as próprias comunidades construam narrativas sobre os impactos vividos.

Uma “novidade” no Rio Grande do Norte é o anúncio de projetos de energia eólica offshore. O que esses projetos significam e como podem afetar as comunidades do litoral?

Os projetos *offshore* representam a expansão da fronteira energética para o mar. Embora os aerogeradores sejam instalados em áreas marítimas, sua viabilização depende de uma ampla infraestrutura em terra: linhas de transmissão, subestações, portos, estradas e áreas industriais.

Os movimentos sociais alertam que os impactos não se restringem ao espaço marítimo. As comunidades pesqueiras podem sofrer restrições de circulação, alteração de rotas de pesca, perda de áreas tradicionalmente utilizadas e aumento da pressão imobiliária e portuária sobre o litoral.

Além disso, há um vazio de conhecimentos sobre como o bioma marinho se comporta e que influência as vibrações e demais interferências terão sobre este ecossistema. Ademais, há preocupação com a ausência de consulta prévia às comunidades tradicionais, especialmente pescadores artesanais, povos indígenas e quilombolas. O temor é que a lógica já observada na expansão eólica em terra seja reproduzida no litoral: decisões centralizadas, baixa participação popular e distribuição desigual dos impactos e benefícios.

Como o governo do Rio Grande do Norte, atualmente comandado pelo Partido dos Trabalhadores, tem se posicionado em relação às energias renováveis? Quais são as principais críticas dos movimentos sociais a essa atuação?

O governo estadual tem assumido posição fortemente favorável à expansão das energias renováveis, apresentando o Rio Grande do Norte como referência nacional da transição energética e buscando atrair investimentos privados para o setor.

Os movimentos sociais criticam o fato de que, apesar do discurso progressista, o governo mantém uma política fortemente alinhada aos interesses empresariais, priorizando a competitividade econômica e a aceleração dos licenciamentos ambientais em detrimento da proteção dos territórios e dos direitos das populações atingidas.

As críticas incluem: ausência de mecanismos efetivos de consulta popular; fragilidade da fiscalização ambiental; insuficiência de políticas de reparação; invisibilização dos conflitos territoriais; apoio à expansão do hidrogênio verde sem debate público amplo; cooptação dos órgãos ambientais pelas empresas; desrespeito às normas da OIT (169) das quais o Brasil é signatário.

Os movimentos defendem que uma transição energética efetivamente justa exige participação popular, controle social e redistribuição dos benefícios econômicos produzidos pela geração energética.

Para concluir, no Rio Grande do Norte foi criado o Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR). O que é esse movimento e quais ações ele tem desenvolvido?

O Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR) surgiu como articulação de comunidades impactadas pela expansão das energias renováveis no Nordeste, especialmente a partir do Rio Grande do Norte. O movimento reúne agricultores familiares, pescadores artesanais, moradores rurais, pesquisadores, assessorias técnicas e organizações sociais que denunciam os impactos territoriais do atual modelo energético. Entre suas principais ações estão: apoio às comunidades atingidas; formação política; denúncias públicas; produção de cartografias sociais; incidência junto ao Ministério Público e órgãos ambientais; articulação com universidades e redes nacionais de justiça ambiental.

O MAR busca afirmar que não existe transição energética justa sem justiça territorial e participação popular. O movimento defende outro modelo energético, baseado no respeito aos direitos das comunidades, na soberania dos territórios e na democratização das decisões sobre a produção e o uso da energia.

(Recebido para publicação 15 de maio de 2026)

(Reapresentado em 20 de maio de 2026)

(Aprovado para publicação em 23 de maio 2026)